

## A INTERVENÇÃO FEDERAL E A AÇÃO DE RETOMADA DO CONTROLE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: O CASO DE RORAIMA EM 2018

### LA INTERVENCIÓN FEDERAL Y LA ACCIÓN DE RECUPERACIÓN DEL CONTROL EN EL SISTEMA PENITENCIARIO: EL CASO DE RORAIMA EN 2018

**Submetido em:** 07/03/2025 - **Aceito em:** 30/03/2025

FLÁVIO PARRILHA<sup>1</sup>

GERSON GOMES GAMEIRO<sup>2</sup>

SUAMY DE AZAMBUJA TOSTA<sup>3</sup>

---

#### RESUMO

O relato analisa a intervenção da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (Ftip) na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (Pamc), em Roraima, após a morte de 33 detentos em 2017. O objetivo é descrever as etapas da operação federal para retomada do controle prisional e mitigação da violência. Utilizando abordagem descritiva, detalha-se a mobilização dos agentes, estratégias operacionais e medidas de segurança adotadas. A intervenção resultou na reestruturação administrativa, melhoria das condições de segurança e contenção da influência de organizações criminosas, destacando os desafios da gestão penitenciária e a necessidade de políticas estruturantes para evitar novas crises. **Palavras-chave:** Rebeliões prisionais. Intervenção. Estratégias operacionais.

---

#### RESUMEN

*El relato analiza la intervención de la Fuerza de Tarea de Intervención Penitenciaria (Ftip) en la Penitenciaría Agrícola de Monte Cristo (Pamc), en Roraima, tras la muerte de 33 detenidos en 2018. El objetivo es describir las etapas de la operación federal para la recuperación del control penitenciario y la mitigación de la violencia. Utilizando un enfoque descriptivo, se detallan la movilización de los agentes, las estrategias operativas y las medidas de seguridad adoptadas. La intervención resultó en una reestructuración administrativa, la mejora de las condiciones de seguridad y la contención de la influencia de organizaciones criminales, destacando los desafíos de la gestión penitenciaria y la necesidad de políticas estructurales para evitar nuevas crisis. **Palabras clave:** Rebeliones penitenciarias. Intervención. Estrategias operativas.*

---

#### INTRODUÇÃO

As rebeliões prisionais são fenômenos complexos, resultantes de uma combinação de fatores estruturais e conjunturais que permeiam o sistema

---

1 Policial Penal Federal. Membro-fundador do Grupo de Ações Especiais Penitenciárias (Gaep). **E-MAIL:** <flavio.parrilha@mj.gov.br>.

2 Policial Penal Federal. Graduação em Geografia. Pós-Graduação em Geologia. **E-MAIL:** <geron.gameiro@mj.gov.br>.

3 Técnica Federal em Assistência à Execução Penal. Possui graduação em Serviços Sociais e Arquivologia. **E-MAIL:** <suamy.tosta@mj.gov.br>.

prisonal brasileiro. Superlotação, condições precárias de encarceramento, rivalidades entre grupos criminosos e a ausência do Estado na gestão efetiva das unidades prisionais contribuem para a eclosão desses episódios de violência extrema (Adorno, 1996; Godoi, 2017). No Brasil, essas rebeliões têm sido amplamente influenciadas pela atuação das organizações criminosas (Orcrim), com destaque para o Primeiro Comando da Capital (PCC), cuja estratégia de controle territorial dentro dos presídios se tornou um elemento central para a manutenção de sua hegemonia sobre a população carcerária (Feltran, 2018).

Um dos episódios mais emblemáticos dessa dinâmica conflitiva ocorreu em 2018, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima, onde 33 detentos foram brutalmente assassinados em um episódio que ficou conhecido como mais um capítulo da crise prisional brasileira (Carta Capital, 2017). Esse massacre evidenciou não apenas a fragilidade da administração prisional local, mas também a influência crescente do PCC, que buscava consolidar sua hegemonia na região, impondo regras à massa carcerária e enfrentando grupos rivais pelo domínio do tráfico e de outras atividades ilícitas dentro e fora dos presídios (Biondi, 2016).

Diante da escalada da violência e da dificuldade das autoridades locais de conter a crise, o governo federal interveio por meio do envio de tropas da então Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (Ftip).

A Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (Ftip) foi criada com o objetivo de prestar apoio emergencial às unidades prisionais em situações de grave instabilidade. Era composta por Agentes Federais de Execução Penal e por servidores estaduais, ambos especialmente treinados para atuar em cenários de alto risco, como motins, rebeliões e massacres.

Além da atuação repressiva e tática dentro do presídio, a intervenção federal também visava reestruturar a administração da unidade prisional, reforçar protocolos de segurança e identificar possíveis falhas que haviam contribuído para o agravamento da crise. Para isso, foram implementadas medidas como a redistribuição dos presos com base em critérios de periculosidade, a intensificação das revistas e monitoramento das comunicações internas e externas, além da capacitação dos agentes locais.

Diante desse contexto, este relato de experiência tem como objetivo descrever as etapas adotadas pela gestão federal para viabilizar o envio das tropas da Ftip, incluindo os critérios para a tomada de decisão, a mobilização dos agentes e a articulação entre os diferentes órgãos envolvidos na operação. Além disso, busca apresentar os procedimentos executados durante a intervenção, desde as estratégias operacionais adotadas dentro da unidade prisional até as medidas de segurança implementadas para

evitar novos episódios de violência. Por fim, o relato analisa os resultados obtidos com a ação, avaliando seus impactos imediatos e as consequências de longo prazo para a gestão do sistema penitenciário, especialmente no que se refere à contenção das Orcrim e ao fortalecimento das políticas de segurança prisional.

De acordo com informações do Conselho Nacional do Ministério Público (Cnmp), no período de junho a agosto de 2018, o sistema prisional do estado apresentava uma capacidade total de 1.525 vagas, porém abrigava 2.960 detentos, resultando em uma taxa de ocupação de 194,10%. Nesse mesmo período, apenas 3,58% dos presos estavam envolvidos em atividades educacionais, e 52,30% participavam de atividades laborais.

Especificamente na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (Pamc), principal unidade prisional do estado, a capacidade era de 750 vagas, enquanto a população carcerária atingia 1.155 detentos, indicando uma superlotação significativa.

## **1. A FORÇA-TAREFA DE INTERVENÇÃO PENITENCIÁRIA**

A Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (Ftip) foi instituída pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em 20 de janeiro de 2017, por meio da Portaria nº 3, como uma resposta emergencial à grave crise que o sistema prisional brasileiro enfrentava.

A Ftip foi criada logo após uma série de rebeliões violentas e massacres em presídios brasileiros que estavam ocorrendo no início de 2017 e que resultaram na morte de centenas de pessoas presas.

Os episódios mais emblemáticos de 2017, que evidenciaram a crise do sistema penitenciário brasileiro, ocorreram em três unidades prisionais de grande destaque. O primeiro e mais grave desses episódios foi a rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), localizado em Manaus (AM), que resultou na morte de 56 detentos (G1, 2017a). Esse episódio, ocorrido no início de janeiro de 2017, foi marcado pela extrema violência, sendo atribuído à disputa entre Orcrims que disputavam o domínio dentro do presídio.

Logo em seguida, em Roraima, especificamente na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (Pamc), 33 detentos foram assassinados em uma nova rebelião, ocorrida poucos dias após o massacre em Manaus, em janeiro de 2017 (Carta Capital, 2017). A violência na Pamc também foi atribuída ao confronto entre Orcrims, que lutavam pelo controle do tráfico de drogas e outras atividades ilícitas dentro e fora do presídio. O massacre em Roraima não

apenas demonstrou a escalada da violência no sistema prisional, mas também destacou a superlotação e as condições insalubres das unidades prisionais, que se tornaram um terreno fértil para o poder das Ocrims.

Em Natal (RN), a Penitenciária de Alcaçuz também vivenciou um episódio de grande violência em 2017, com a morte de pelo menos 26 presos (UOL, 2017). O massacre foi desencadeado por uma disputa entre Ocrims rivais, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), e resultou em uma das maiores chacinas do estado.

A Ftip, que atuou em Roraima, foi capitaneada pelo então Departamento Penitenciário Nacional e contou com a colaboração de diversos estados, que enviaram operadores de seus respectivos grupos especializados.

Especialistas e técnicos federais em assistências à execução da pena também estavam presentes atuando desde os primeiros momentos da intervenção. Os demais foram inseridos à medida que suas especialidades se mostravam necessárias como as assistências sociais e jurídicas, principalmente.

## 2. A ATUAÇÃO DA FTIP EM RORAIMA

A Ftip<sup>4</sup> desembarcou na cidade de Boa Vista em novembro de 2018, acionada pelo Ministério da Justiça a pedido de Roraima. A retomada efetiva da Pamc ocorreu em 26 de novembro daquele ano.

Os 86 integrantes da operação<sup>5</sup> estabeleceram sua base na Academia da Segurança Pública em Boa Vista, onde foram realizados os alinhamentos técnicos, a distribuição de funções e tarefas, bem como o planejamento estratégico da ação. Inicialmente buscou-se incentivar a iniciativa dos integrantes para que assumissem responsabilidades de acordo com suas áreas de especialização e afinidade, o que contribuiu significativamente para o êxito da operação.

4 Em dezembro de 2023, a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (Ftip) foi transformada em Força Penal Nacional (FPN) por meio da Portaria nº 526, assinada em 13 de novembro. Essa portaria estabeleceu a FPN com o objetivo de responder de forma eficaz a crises no sistema prisional, promovendo a cooperação entre diferentes esferas de governo e agências para a melhoria da segurança pública e das condições carcerárias. Anteriormente, a Ftip havia sido instituída pela Portaria nº 186, de 30 de outubro de 2018, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional, para atuar em situações extraordinárias de grave crise no sistema penitenciário.

5 O grupo era formado por Agentes Federais de Execução Penal, atualmente denominados Policiais Penais Federais, e de agentes de diversas unidades da federação, incluindo São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Ceará.

Figura 1 – Chegada da primeira equipe



Fonte: Os autores (2018).

Após os incidentes de violência, a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo encontrava-se completamente desestruturada, sem qualquer controle ou disciplina interna. A presença estatal no complexo era praticamente inexistente, limitando-se à segurança das muralhas externas para prevenir fugas e ao fornecimento de refeições, as quais eram entregues a um grupo específico de detentos por meio de um portão improvisado.

Os demais presos, classificados como “comuns”, eram impedidos de se aproximar da área de distribuição de alimentos por determinação do líder da rebelião. Esse líder exercia controle sobre a rotina da prisão, decidindo unilateralmente se um detento poderia comparecer a audiências judiciais ou receber qualquer tipo de atendimento, incluindo assistência médica, mesmo em situações de emergência.

## 2.1 A instalação do Comitê de Crise

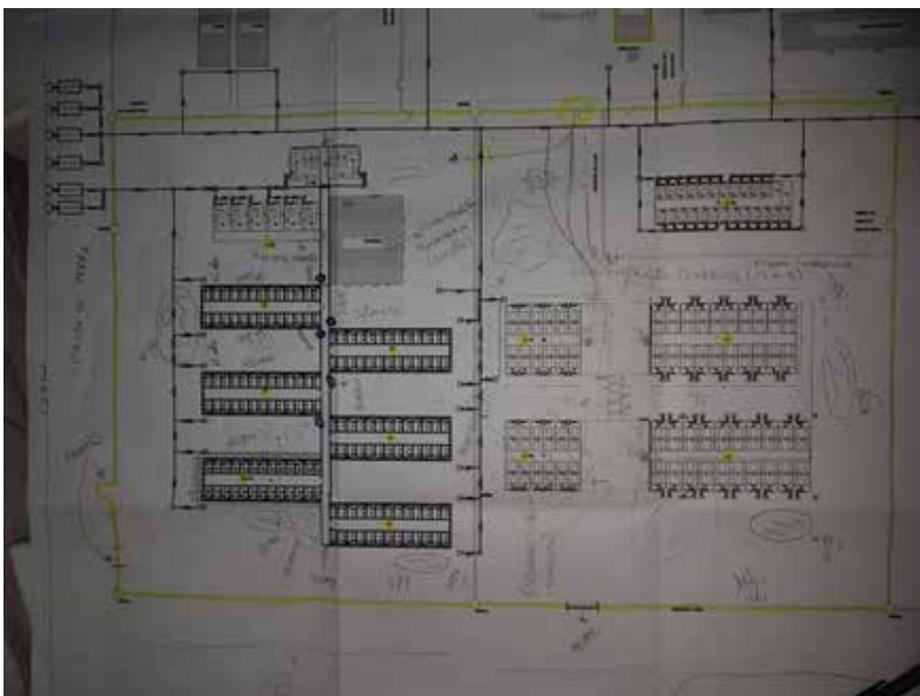
As atividades tiveram início com a instituição de um Comitê de Crise, composto por Agentes Federais de Execução Penal, representantes das forças de segurança locais, do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal, do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O comitê teve como principal objetivo coordenar e planejar as ações emergenciais necessárias para a retomada da unidade prisional, além de promover uma gestão integrada entre as diversas entidades envolvidas.

Logo após sua formação, o Comitê de Crise passou a discutir de forma detalhada os efeitos práticos da operação, abordando as medidas a serem adotadas durante a retomada da unidade. Entre os pontos abordados, destacaram-se os efeitos colaterais da ação, como os reflexos extramuros das operações, que poderiam gerar um aumento da tensão na sociedade e no sistema prisional. A preocupação com possíveis reações externas, como mobilizações de familiares de detentos e ações coordenadas de Ocrim, foi amplamente debatida.

Além disso, o comitê dedicou atenção especial à definição de tarefas específicas para os negociadores e porta-vozes, que seriam responsáveis por manter um canal de comunicação claro com a imprensa e com a sociedade. Esses profissionais teriam a função de informar sobre o andamento das ações dentro do presídio, bem como sobre as medidas adotadas para garantir a segurança interna e externa da operação. Também foi discutida a possibilidade de atividades coordenadas de Orccrim fora dos presídios, que poderia tentar interferir no processo de intervenção, sendo necessárias estratégias para prevenção e enfrentamento dessas possíveis ações.

Com essa estrutura de organização e comunicação, o Comitê de Crise buscou assegurar uma coordenação eficaz entre os diferentes órgãos e um fluxo constante de informações, a fim de garantir a eficiência e a segurança da operação, além de mitigar riscos externos que poderiam comprometer o sucesso da intervenção.

Figura 2 – Análise da planta baixa a unidade prisional



Fonte: Os autores (2018).

## 2.2 A divisão das equipes de atuação

Ainda na fase de preparação, o grupo foi dividido em três equipes: as equipes de entrada tática, responsáveis pela incursão nos setores críticos da unidade; as equipes de contenção, posicionadas estrategicamente para evitar

deslocamentos desordenados de detentos em áreas onde a entrada inicial não fosse possível; e as equipes de envelopamento, encarregadas de isolar as estruturas e impedir a movimentação dos presos entre diferentes setores, garantindo a segurança da operação.

Antes da retomada efetiva da unidade, foram realizados cinco dias de observação e reconhecimento estratégico, incluindo ações simuladas com integrantes das forças atuando em conjunto com servidores locais. Paralelamente, foram definidos os alinhamentos operacionais, distribuídas as funções e delimitadas as áreas de responsabilidade.

### 2.3 As fases da operação

A intervenção foi estruturada em duas grandes etapas. Na primeira, o setor direito do complexo, conhecido como “fechado”, foi retomado imediatamente. Já o setor esquerdo, denominado “cadeião”, foi inicialmente apenas contido por um período de três dias, durante o qual as equipes reforçaram o isolamento interno, garantindo total controle das movimentações dentro da unidade. Esse método de compartimentação possibilitou que a ação transcorresse de forma segura para os agentes envolvidos.

No momento da intervenção, 96 agentes — sendo 86 integrantes da Ftíp e 10 agentes locais — executaram a retomada completa do complexo em apenas 16 minutos de ação coordenada.

Figura 3 – Ftíp em formação



Fonte: Os autores (2018).

Já na segunda etapa, após a retomada da unidade prisional, as equipes de engenharia civil compostas por pedreiros, eletricistas, encanadores e serralheiros iniciaram os reparos emergenciais nas áreas já recuperadas, assegurando melhores condições estruturais para a manutenção do controle no local.

Nessa etapa, também se iniciou a prestação de assistência médica e material aos presos. As equipes constataram diversos detentos em condições precárias de saúde, muitos deles debilitados por doenças infectocontagiosas, pulmonares e dermatológicas, além de casos severos de desnutrição. Diante da gravidade dos casos, diversos detentos foram encaminhados para atendimento hospitalar imediato.

Figura 4 – Atendimento médico durante a segunda fase



Fonte: Os autores (2018).

Nos dias subsequentes à retomada do controle da unidade, teve início o chamado período de choque, caracterizado por uma série de desafios operacionais e institucionais. Durante essa fase, ocorreram tentativas de levantes, bem como momentos de tensão para a realocação dos presos e insurgências em diferentes níveis, exigindo uma gestão rigorosa e eficiente tanto no comando da operação quanto na aplicação de medidas disciplinares aos internos.

O período de choque refere-se à fase inicial de uma intervenção em unidades prisionais, caracterizada pela implementação intensiva de novos procedimentos de segurança e disciplina, visando restabelecer a ordem após um período de descontrole ou ausência de governança efetiva. Durante essa etapa, é comum ocorrerem tensões elevadas, tentativas de motins e desafios relacionados à adaptação dos internos às novas regras estabelecidas. No caso específico da intervenção na Pamc, esse período teve duração de cinco dias ininterruptos, demandando um esforço extremo das equipes, com mínimas pausas para descanso.

A operação iniciou-se às 06h da segunda-feira, 26 de novembro de 2018, com a entrada das equipes no complexo prisional. Somente no sábado, 1º de dezembro, às 08h, ocorreu a primeira liberação de agentes para descanso, iniciando o revezamento das equipes em regime de plantão.

Figura 5 – Movimentações de internos para atendimentos



Fonte: Os autores (2018).

Apesar da intensidade do período de choque, a estratégia adotada permitiu estabilizar a unidade, consolidando o controle sobre os internos e estabelecendo as bases para a implantação de novos protocolos de segurança e disciplina.

### 3. OS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO FEDERAL

A intervenção federal no sistema prisional de Roraima enfrentou desafios de grande complexidade devido à situação precária da unidade. A movimentação de um número elevado de presos em instalações com infraestrutura deteriorada – como paredes em risco de desabamento, falta de telhados e coberturas, esgoto a céu aberto, ausência de iluminação adequada, e a falta de portas nas celas – gerou momentos de tensão. Esses fatores

contribuíram para diversas tentativas de levantes e motins, que exigiram uma resposta rápida e eficaz.

Logo no início, as lideranças criminosas, previamente identificadas ou aquelas identificadas durante a intervenção, foram segregadas. Essa ação foi crucial para desarticular a cadeia de comando do crime organizado dentro da unidade, interrompendo a comunicação com células externas e enfraquecendo a estrutura do poder paralelo dentro do sistema prisional.

A intervenção garantiu a aplicação da lei, implementando medidas disciplinares necessárias e possibilitando a liberação mediante alvará de presos que, por questões legais, não deveriam mais estar encarcerados. A execução do processo se deu sem baixas de agentes ou internos, e não foram registradas, em nenhuma das etapas ou ações subsequentes da operação, denúncias de violações legais ou abusos de direitos humanos.

A operação demonstrou a relevância e a eficácia das ações no gerenciamento de crises no sistema prisional, evidenciando a importância de uma intervenção baseada no conhecimento técnico, legalidade e desenvolvimento contínuo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção federal na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima, representou uma ação emergencial de grande complexidade e relevância para a gestão da crise prisional no Brasil. Diante de um cenário de descontrole, a atuação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária demonstrou a importância de medidas coordenadas entre os diferentes órgãos de segurança pública, judiciais e assistenciais para a retomada da ordem dentro das unidades prisionais.

A operação foi marcada por desafios operacionais e estruturais, agravados pela superlotação, infraestrutura precária e forte influência das Orcrim. Nesse contexto, a intervenção foi bem-sucedida na contenção da violência interna, na reestruturação da gestão prisional e na implementação de novos protocolos de segurança e disciplina.

A instalação do Comitê de Crise e a divisão das equipes de atuação foram importantes elementos para a eficácia da operação, garantindo uma resposta organizada e coordenada. A abordagem gradual da retomada da unidade, com a compartimentação de setores e a neutralização das lideranças do motim, foi determinante para minimizar riscos e evitar novas explosões de violência.

Medidas emergenciais como essa são fundamentais para conter crises, mas não substituem reformas abrangentes que busquem enfrentar as causas

da violência prisional, como a superlotação, a precariedade das condições carcerárias e a falta de oportunidades de reintegração social.

Assim, este relato de experiência contribui para a compreensão dos desafios enfrentados na gestão da crise prisional e destaca a importância de investimentos na profissionalização da administração penitenciária, capacitação dos servidores, modernização das unidades prisionais e na implementação de políticas de prevenção à violência, visando um sistema penitenciário mais seguro e humanizado.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **A prisão sob a ordem da violência**. São Paulo: Annablume, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 186, de 30 de outubro de 2018**. Estabelece diretrizes e normativas sobre a atuação do Sistema Penitenciário Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 out. 2018. Seção 1, p. 35-36. Disponível em: <<https://dspace.mj.gov.br/handle/1/719>>, acesso em: 5 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 526, de 13 de novembro de 2023**. Institui a Força Penal Nacional e estabelece suas diretrizes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 nov. 2023. Seção 1, p. 48-50. Disponível em: <<https://dspace.mj.gov.br/handle/1/11707>>, acesso em: 5 fev. 2025.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

CARTA CAPITAL. **Ao menos 33 são mortos no maior presídio de Roraima**. 2017. Disponível em: <<https://shre.ink/eTmu>>, acesso em: 05 jan. 2025.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Relatório de visitas prisionais**: Roraima, 2018. Disponível em: <<https://abrir.link/HExf>>, acesso em: 02 jan. 2025.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

G1. **Rebelião em presídio chega ao fim com 56 mortes, diz o governo do AM**. 2017. Disponível em: <<https://shre.ink/eTm3>>, acesso em: 02 jan. 2025.

GODOI, Rafael. **Fluxos em Cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

UOL. **Maior rebelião em presídio na história do RN termina com 26 mortos**. 2017. Disponível em: <<https://shre.ink/eTmA>>, acesso em: 06 jan. 2025.